

**PROJETO DE LEI Nº. 086, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013 - SUBSTITUTIVO.**

**“Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM”.**

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM do Município de Constantina/RS, com competência consultiva, fiscalizadora e deliberativa nas questões de gênero deste Município e com a finalidade de promover no Plano Municipal, em harmonia com as diretrizes traçadas com o governo Estadual e Federal, políticas destinadas a assegurar à mulher participação e conhecimento de seus direitos como cidadã.

**Art. 2º.** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM:

- I – elaborar seu regimento interno;
- II – formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública municipal, visando à eliminação de todas as formas de discriminação que atingem à mulher;
- III – prestar assessoria ao poder executivo, acompanhando a elaboração das políticas públicas, programas e ações referentes às questões de gênero;
- IV – criar instrumentos que assegurem a participação da mulher em todos os níveis e setores da atividade municipal, ampliando sua atuação e alternativas de emprego;
- V – acompanhar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
- VI – propor programas e mecanismos para coibir toda e qualquer violência contra a mulher e estimular a criação e implementação de programas para atendimento da mulher vítima de violência e de seu agressor;
- VII – promover intercâmbio e convênios com instituições e organismos estaduais, nacionais e internacionais, de interesse público e privado, com a finalidade de implementar as políticas e ações objetos deste Conselho;
- VIII – receber denúncias e encaminhá-las aos órgãos competentes, quando forem sobre discriminação, violação de direitos ou violência contra a mulher;
- IX – estabelecer e manter canais de comunicação e intercâmbio com os movimentos sociais de mulheres e afins, apoiando o desenvolvimento das atividades de grupos na luta pela cidadania.

**Art. 3º.** O COMDIM será constituído de 1/3 (um terço) por membros representantes da administração pública municipal (governamental) e 2/3 (dois terços) de membros representantes de órgãos e entidades da comunidade e seus respectivos suplentes.

**Art. 4º.** Os órgãos representativos da administração pública serão os seguintes:

- I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- II - Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;
- III - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV - Secretaria Municipal de Administração;
- V - Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

Parágrafo Único: Os membros representantes das entidades governamentais serão indicados pelo Prefeito Municipal.

**Art. 5º.** Os órgãos representativos da sociedade civil serão as seguintes:

- I - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- II - Liga Feminina de Combate ao Câncer;
- III - Cooperativa de Crédito com Interação Solidária – CRESOL;
- IV - Sicredi;
- V - Coletivo de Mulheres;
- VI - Instituto Consciência Planetária;
- VII - Casa da Amizade;
- VIII - Emater.
- IX - Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda – COOPAC;
- X - Cotrisal.

**Art. 6º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM será formado por:

- a) Comissão Executiva;
- b) Pleno.

**Art. 7º.** A Comissão Executiva será eleita pelo Pleno, em votação simples, sendo formada por:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretária Geral;

- d) Secretária Adjunta;
- e) Tesoureira.

§ 1º. O Pleno será formado por todos os 15 membros do COMDIM e seus suplentes.

**Art. 8º.** O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única recondução.

**Art. 9º.** A cada Conselheiro, corresponderá 01 (um) suplente, que substituirão seus titulares em seus eventuais afastamentos, impedimentos ou nos casos previstos no Regimento Interno, que apenas nesta situação terão direito a voto.

Parágrafo Único: Em caso de renúncia ou falecimento do Conselheiro Titular eleita, assumirá a suplente e, em caso de renúncia ou falecimento de conselheira suplente, o órgão ou entidade não governamental por ela representado, deverá indicar a substituta, no prazo de 10 (dez) dias do comunicado.

**Art. 10.** O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, voluntário e não remunerado.

**Art. 11.** Caberá ao Poder Executivo propiciar ao COMDIM todas as condições administrativas, operacionais de recursos humanos e financeiros que permitam o permanente funcionamento do órgão, sua estrutura e atribuições, estando especificamente ligado a Coordenadoria Municipal da Mulher.

**Art. 12.** O Poder Executivo Municipal terá 60 (sessenta) dias para providenciar a instalação e posse do COMDIM, após a publicação desta Lei.

**Art. 13.** Ficam revogadas todas as disposições contrárias a esta Lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 16 de outubro de 2013.

**Leomar José Behm**  
Prefeito Municipal

**“Exposição de Motivos”  
“Projeto de Lei nº. 086/2013”.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:**

Encaminhamos a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº. 086/2013, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM.

O presente projeto de lei tem como objetivo instituir o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no Município de Constantina, com a finalidade de deliberar, contribuir na normatização e fiscalizar políticas relativas aos direitos da mulher, propondo-se a ser um centro permanente de debates entre vários setores da sociedade.

Face ao exposto, contamos com a colaboração de Vossas Excelências, na aprovação do referido Projeto de Lei Municipal, **em regime de urgência.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 16 de outubro de 2013.

**Leomar José Behm**  
Prefeito Municipal